



DIRECTOR INTERINO: AMADEU MORAIS

EDITORIAL

Retornados e Refugiados

É cedo para se poder fazer a história do processo de descolonização português.

A actualidade dos factos, o desconhecimento de prome-nores ligados às figuras mais influentes senão decisivas quanto ao caminho adoptado e das razões que as determinaram, a possibilidade de surgirem elementos capazes de justificarem atitudes objectivamente consideradas ingénuas ou precipitadas, impedem um juízo sério de certezas ou probabilidades que permita alinhar factos e tirar deles as conclusões que impõem.

Pelo que me diz respeito, não foi esta a descolonização que sonhei e defendi sempre, quando, quase desde que me conheço, defendia a autonomia das colónias. Pensei sempre nos milhares de portugueses que, com o seu trabalho, através dos anos, se fixaram nas diferentes latitudes governamentais de Lisboa e tinham o direito de aí permanecer.

E o desfecho provocou em mim lesões de que dificilmente me libertarei.

Mas não foi para falar da descolonização que iniciei estas linhas.

Há em Espinho muitas e muitas centenas de pessoas retornadas e refugiadas, as primeiras a viver sabe Deus como, em casas de familiares e conhecidos e, até, em tugúrios, e as segundas instaladas em Hotéis e Pensões.

Não falemos nas situações dramáticas que cada uma dessas pessoas suportou. Falemos, sim, no drama que vivem actualmente.

Pessoas que tinham a sua vida estabelecida, em moldes mais ou menos seguros, com hábitos que não são os nossos, e que tudo indica terem sido superiores aos nossos, vêm-se de um momento para o outro arrastadas, sem nada, sem presente nem futuro, para um País que só esperavam visitar em férias, em viagem de turismo.

Os que encontraram familiares e amigos que os receberam, vivem como podem, sentindo-se um pesado fardo, a onerar a economia, já por si débil, de quem os acolheu.

(Conclui na última página)

VISOR



O insólito de passeio que são silveiras em flor! Perigo para a integridade física dos peões! O insólito e o perigo numa entrada (rua 33) da nossa cidade! Há muito tempo... Até quando,

“DE” Entrevista...

A situação financeira do Hospital de Espinho, começa a ser preocupante!

— afirma Alberto Alves,
Chefe da Secretaria do nosso Hospital

HOSPITAL DE ESPINHO! Construído no tempo dos «Cortejos de Oferendas». A custa do bairrismo, da carolice e das esmolas. Mantém-se do mesmo tamanho, se bem que a população se tenha multiplicado. Uma vida de dificuldades permanentes. Uns legados em dinheiro, de beneméritos de última hora.

E como se mantêm (ou crescem) as dificuldades fomos ouvir o Sr. Alberto Alves, Chefe da Secretaria e perfeito conhecedor dos problemas que afligem o pequenino Hospital de Espinho.

A situação económica do Hospital está a ser motivo de exploração por parte de algumas pessoas nitidamente a par de prome-nores internos administrativos. Qual é, de facto, economicamente, a situação actual do Hospital?

— A situação financeira do Hospital de Espinho — como vem acontecendo a todos os Hospitais — começa a ser preocupante.

Esta situação, como é evidente, deriva do vertiginoso aumento de encargos de ordem geral, não tendo qualquer possibilidade de ser acompanhada do aumento de receitas. As receitas hospitalares baseiam-se, praticamente, nos serviços prestados à Previdência Social, que paga esses serviços mediante tabelas-preçários, já fixados e mantidos há alguns anos, e que nunca sofreram qualquer actualização.

Por exemplo, as diárias de internamentos em enfermaria são retribuídas com uma verba de 65\$00 a 70\$00, estando nela incluído o fornecimento de toda a medicação. Como esses valores não são compatíveis com a realidade dos custos de aquisição de alimentação e medicamentos, facilmente nos poderemos aperceber do desequilíbrio resultante.

Outro exemplo, é a retribuição do fornecimento de exames radiográficos à mesma Previdência, cujas tabelas foram aumentadas para os consultórios particulares e que continuam fixadas nos mesmos valores para os hospitais, apesar do agravamento de preços de aquisição de películas ser o mesmo, quer para os particulares, quer para os hospitais.

Estes exemplos, e muitos outros, demonstram a irrealidade da retribuição financeira praticada pela Previdência aos hospitais, mercê, repito, da manutenção de tabelas ultrapassadas, consideravelmente, pelo grande aumento do custo de vida. Pois se as receitas não aumentam, por inviabilidade de aumento de retribuição de serviços e por incapacidade de aumento desses mesmos serviços, visto a capacidade hospitalar ter também já atingido o máximo da sua possível produção, e se as despesas gerais têm sofrido galopante agravamento, mormente os encargos com vencimentos, aquisição de géneros alimentícios e medicamentos, fatalmente

se teria de chegar a um ponto de ruptura do equilíbrio financeiro, caindo-se na precária situação de se gastar mais do que se recebe. E, quando assim é, começa-se por absorver os possíveis saldos monetários acumulados e quando esses são absorvidos a situação, de preocupante, passa a alarmante!

Entrevistou
JOÃO QUINTA

Em que moldes se processa, presentemente, a gestão do Hospital?

— A orgânica hospitalar começa a deparar com modificações estruturais de gestão completamente inovadoras para os hospitais concelhios.

Finalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.º 618/75, de 11 de Novembro, foram aplicáveis aos hospitais concelhios, pertencentes a pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, as disposições constantes dos artigos 1.º a 7.º do Decreto-Lei 704/74. Quer isto dizer que os hospitais concelhios, conforme os hospitais centrais e distritais pertencentes a pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, mantendo autonomia administrativa e financeira, passam a ser administrados por comissões nomeadas pela Secretaria de Estado da Saúde e, perante ele, responsáveis.

Define, mais, o citado Decreto-Lei 618/75 que, quando as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa deixam, de manter qualquer estabelecimento ou actividade integrada na política social aprovada pelo Governo, será determinado, por despacho ministerial, a respectiva extinção de direito nos termos do artigo 431, n.º 3.º, do Código Administrativo, e, ainda, que todo o património das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa extintas nessas condições referidas, reverterá, em propriedade, para o Estado, continuando afecto ao Hospital Concelhio.

Reportando-me directamente às Comissões de Gestão, posteriormente, por despacho do Secretário do Estado de Saúde, datado de 16 de Dezembro,

(Conclui na pág. 5)

Gostaríamos de... Secção Cultural

da
A. A. E.

... de saber a opinião dos nossos leitores, assinantes, amigos, anunciantes, sobre «DE». Como apreciariam passar a vê-la, como desejam que ela seja. Estamos numa fase de transição, procuramos traçar novas directrizes, temos mil e uma ideias esboçadas, mas, sabemos, antecipadamente, que o jornal é para vós. Por isso, a opinião de quantos o lêem semanalmente, longe ou perto, é importante na circunstância, já que estamos no limiar de uma fase de arranque.

Assim, queremos receber sugestões, ideias, críticas, capazes de constituir, realmente, uma base importante para podermos ir ao encontro dos desejos da maioria, em termos de se fazer um Jornal que seja do agrado geral e corresponda à missão que lhe compete, dentro da nobre causa cometida à Imprensa e a um órgão ao serviço de uma cidade, naturalmente de população diversificada nos gostos e pretensões.

Cá ficamos à espera, como ficamos, também, abertos à aproximação de quantos quiserem colaborar nestas colunas, desde que devidamente integrados no papel de um órgão de comunicação desta natureza e com a noção exacta do que é escrever na Imprensa. Estamos receptivos àqueles que estiverem dispostos a integrar-se na nossa equipa, iniciando-se nestas lidas, aprendendo, enquanto que, para quantos não tenham essa coragem, esse ânimo, de serem eventuais colaboradores da Imprensa, terão à disposição as nossas colunas para emitirem o seu ponto de vista, numa secção que poderemos chamar de «CADA QUAL COM A SUA OPINIÃO».

Apenas será necessário identificarem-se, ainda que peçam sigilo, e respeitar os preceitos da Lei de Imprensa em vigor.

Portanto, gostaríamos de...

Maria Angelina Basto

VIDA REGIONAL ANTA

1. SANEAMENTO

No anterior número fiz referência ao trabalho incompleto que se estava a desenvolver no troço de estrada que liga a Estrada de Anta, junto ao Sr. António Capitão ligando com a Rua 33.

Tenho que penitenciar-me dado que toda esta semana se trabalhou no saneamento daquela via, depois de haver sido interrompido. Tenho que, além de mea culpa, completar a informação, uma vez que a abertura da vala ao longo da rua abrangia toda a sua extensão. Portanto temos, para já, neste momento, agora, um melhoramento que, de necessário, de valia, de higiénico de século XX, aliciará outros utentes que esperam a sua vez.

Ressalvo, por considerar habitual a observação relativa ao nivelamento do macadame. Fica em pé a crítica, para oportuna ocasião, o atrás dito, salvo se ao findar o trabalho em foco, haja o cuidado, não muito habitual, de alisar o solo, motivo de preocupação para quem dele se utiliza.

2. TUNA MUSICAL DE ANTA

Neste dia 24 e pelas 21,30 horas, reuniu, em Assembleia Geral, este Grupo Cultural e Recreativo, que nasceu em 1924, em Agosto, e coincidência, também em 24, para tomada de posse dos Corpos Gerentes para o biênio 76-77, leitura de contas relativas a 75, e outros.

Além destes actos, que se revestiram de importância significativa, houve a apresentação do plano de trabalho dos empossados, para o primeiro ano, que incluía propostas para discussão.

A primeira referia ao cobrador de cotas que pediu demissão.

Esta atitude cria problemas de natureza vária. Além da recolha das cotas dos

seus sócios, em suas casas, fica o mesmo sem um elo de ligação com a Sede. Para colmatar esta falta o Presidente propôs que, por um período de um ano se ensaiasse a possibilidade de as mesmas serem pagas, pelo próprio sócio, ou por outro meio, na Sede da Tuna. Houve discordância de alguns presentes, quando se procedeu à discussão. No votação foi, a mesma, aprovada por maioria.

A segunda residiu no aumento monetário das cotas. Posta à discussão, que envolveu quase todos os presentes, foi aprovada, também por maioria, a proposta que aumentava para 7\$50/mês a quota do Sócio Auxiliar e a do aprendiz de Solfejo, que até ao momento se situavam em 5\$ e 4\$/5\$/mês, respectivamente.

A terceira englobou dois apelos do Presidente. O primeiro respeitou a um enumerado de nomes para prestarem ensinamento de solfejo, que soma, já, 54 alunos, nos dias destinados para o efeito.

O segundo referiu também a outro enumerado de pessoas para cuidar de dar vida, ambiente, movimento, ao salão que têm, e que o sócio não procura, talvez por falta de convívio.

Esta última proposta não devia ter sido assim chamada pois que foram dois apelos que em boa verdade não precisam de discussão.

A contrariar esta afirmação «não precisaram de discussão» lamento que realmente ela não tivesse existido, tão interessante como o foram as anteriores, apelos deste teor mereciam larga discussão, se, claro os indigitados os tivessem sentido na sua verdadeira crueza. Talvez porque já eram 23,30, as pessoas em causa preferiram tratar desta permissão a nível mais restrito. Aguardemos que sim.

ERRO

MOMENTO ELEITORAL

Com o pedido de publicação, recebemos da Câmara Municipal da nossa cidade, o seguinte:

Gabinete do Secretário de Estado

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão Administrativa
da Câmara Municipal de ESPINHO

A afixação de cartazes de propaganda política, e a pintura de frases e símbolos com idêntico objectivo, que desde o 25 de Abril de 1974 se generalizou em todo o país, não só em Monumentos Nacionais e outros Edifícios Públicos mas, também, em variada sinalização indicadora de trânsito nas estradas nacionais, é um fenómeno perfeitamente compreensível num povo que acaba de reencontrar a liberdade que o anterior regime inexoravelmente reprimira ao longo de 48 anos de fascismo.

Sem embargo, se a liberdade é, em si mesma, a aspiração fundamental e o objectivo prioritário da humanidade, o uso da liberdade requer, e exige, a adopção de regras cívicas, de disciplina e de profundo respeito pelo uso dos bens que pertencem à mesma comunidade.

Na verdade, será desnecessário acentuar o quanto é nefasto para o património colectivo e cultural do país a sistemática utilização dos Monumentos Nacionais para colagem de cartazes e pinturas de legendas ou símbolos, visto que a introdução de produtos diversos — não só na própria acção empreendida, como nas que se lhe seguem tendentes a promover a sua limpeza — que atacam mais ou menos profundamente a composição dos materiais em que foram construídos, contribuem, por tal facto, para a sua degradação.

Para além destas razões, em si mesmo condicionantes, constitui essa prática um espectáculo degradante, nos aspectos estéticos que será fundamental salvaguardar, parte integrante que são da fisionomia peculiar das cidades onde se inserem e testemunhos da evolução cultural do povo que os concebeu.

No que se relaciona com a sinalização das estradas, ultrapassando os factores de ordem estética, outros se sobrepõem, uma vez que a descaracterização e a camuflagem dos indicativos que contém causam evidentes e profundos prejuízos ao público utente dessas mesmas vias de comunicação.

A finalizar estes aspectos genéricos apontados, deve acentuar-se, ainda, que a limpeza dos Monumentos Nacionais e dos Edifícios Públicos, assim como a da sinalização das estradas que o Estado vai iniciar e deve prosseguir, envolvem o dispêndio de avultados dinheiros públicos que poderiam ser mais proveitosamente utilizados, no caso de estas circunstâncias se não verificarem.

Um caso concreto poderá constituir um juízo de valor sobre a gravidade dos problemas em jogo:

— Foi iniciada a obra de conservação das fachadas da Praça do Comércio, na qual se inclui, naturalmente, a lavagem de todas as cantarias e a remoção dos cartazes e pinturas que aqueles elementos contêm.

Todavia, trabalhos preliminares desta remoção e limpeza, já executados em alguns sectores, foram contrariados pela afixação de novos cartazes, anulando-se o objectivo da operação empreendida e, o que é mais grave, provocando a dispêndio em pura perda de quantia que, neste caso específico da Praça do Comércio, se poderá fixar entre 150 e 200 contos só para a limpeza de toda a propaganda existente.

Neste contexto, atendendo à política de austeridade que se impõe ao povo português e considerando, ainda, a proximidade da nova Campanha Eleitoral, a Secretaria de Estado das Obras Públicas faz um sincero e veemente apelo a toda a população, através dos órgãos de Comunicação Social, Sindicatos, Partidos e Movimentos Políticos, Autarquias Locais e do próprio M.E.I.C. — por divulgação adequada em todos os estabelecimentos de ensino — no sentido de se não proceder a colagens de cartazes e a pinturas em Monumentos Nacionais, Edifícios Públicos e sinalização das Estradas, por forma a que o povo português testemunhe, também por esta via, o civismo e a consciência que lhe permitam salvaguarda intransigentemente a liberdade reconquistada.

Lisboa, 19 de Janeiro de 1976.

O Secret. de Estado das Obras Públicas

Assinatura ilegível

Contabilistas / Técnicos de Contas

Inscritos na D.G.C.I.

Executamos todos os tipos de trabalhos contabilísticos em pequenas, médias ou grandes empresas:

- ★ Determinação de Rentabilidade
- ★ Planeamento Financeiro
- ★ Organização geral de escritas
- ★ Balanços

Resposta a este Jornal ao N.º 96

Compra-se

Propriedade entre as Ruas 8 e 26,

7 e 33. Resposta à Redacção ao

N.º 91. Guarda-se sigilo

- ESTABELECIMENTO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES
- ESPECIALIDADES EM MOBÍLIAS DE ESTILO SÉC. XVII

✠

JOSÉ AZEVEDO PERES BIZARRO

Rua 4 n.º 667—Tel. 921324—Espinho

DEFESA DE **ESPINHO**

SEMANÁRIO

FUNDADOR
BENJAMIM COSTA DIAS

PROPRIEDADE

EMPES — EMPRESA DE PUBLICIDADE DE ESPINHO, LDA.

Redacção e Administração
RUA 19 — N.º 62
TELEFONE, 921525
AVENÇADO

Composição e Impressão
OFICINAS GRAFICAS DA
CASA NUN'ALVARES
PORTO

Tem a palavra a C.M.E.

5.º — VIA DE LIGAÇÃO GRANJA—ESPINHO — Processo R1/R2 1-A 1

As primeiras diligências para a realização desta obra datam de 28/2/66, dentro de dias completar-se-ão 10 anos e apesar de todos os esforços ainda não foi possível realizá-la.

O nosso primeiro contacto com o processo teve lugar, em 29/6/74, através do parecer n.º 4147 do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes de 30/10/73, homologado pelo Secretário de Estado em 19/4/74 e entrado na Câmara em 7/5/74. O parecer concluía dizendo: «*embora o anteprojecto da via de ligação rodoviária Granja—Espinho respeite na generalidade, o sistema viário previsto no Plano da Área Territorial entre Espinho e Granja, carece de ser revisto em face do que consta do capítulo de Apreciação.*»

A Câmara deliberou, em reunião de 5/6/74, remeter o processo à «Comissão designada para o estudo da ligação entre Vila Nova de Gaia—Espinho e valorização turística para os respectivos concelhos» a fim de a mesma se pronunciar sobre as objecções feitas pelo C.S.O.P.T. Esta Comissão reuniu em 3/7/74 e decidiu enviar — por intermédio da Câmara — à Circunscrição de Urbanização do Norte os elementos para satisfazer a observação feita no Parecer quanto à necessidade de ser ouvida a Junta Autónoma de Estradas relativamente à intercepção da via projectada com a E.N. 109. Ficando-se a aguardar o parecer da J.A.E. para ulterior reunião.

Em 7/5/75 (passados dez meses) chega, finalmente, o parecer da J.A.E. e em 23/5/75 reúne-se novamente a Comissão que elabora uma acta onde pode ler-se:

«*Considerando o interesse que continuam a manifestar as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais de Vila Nova de Gaia e de Espinho pela realização urgente da ligação Espinho—Granja.*»

«*Considerando, que o Anteprojecto da via de ligação entre Vila Nova de Gaia e Espinho, em apreciação, corresponde às previsões do PLANO DA ÁREA TERRITORIAL ENTRE GRANJA E ESPINHO, que o mesmo anteprojecto se julga satisfazer, e dada a urgência na execução da via em causa, entre os pontos 1 e 2, entende esta Comissão que o presente trabalho está em condições de ser aprovado superiormente a fim de ser dado prosseguimento, o mais imediato possível, à realização do empreendimento projectado.*»

A Comissão era constituída pelas seguintes entidades: Arqto. Heitor Bessa em representação da Circunscrição de Urbanização do Norte, Arqto. Rogério Barroca em representação da Direcção de Urbanização de Aveiro, Eng. Pinto Correia em representação da Câmara de Espinho e Eng. Lopes Dias em representação da Câmara de Vila Nova de Gaia.

Em 7/6/75, a Câmara deliberou: «*submeter a referida apreciação, bem como o parecer prestado pela J.A.E. à Direcção Geral dos Serviços de Urbanização — Direcção dos Serviços de Planeamento — e solicitar a aprovação superior do referido anteprojecto da via de ligação Granja Espinho. Mais deliberou realizar todas as diligências para a rápida concretização dos objectivos em causa.*» Em 9/6/75, é remetida à Direcção Geral de Urbanização cópia da acta acima mencionada e solicita-se «*a mais rápida aprovação do anteprojecto.*»

O ofício da Câmara, bem como a acta, foi enviado pela Direcção de Urbanização a Circunscrição de Urbanização do Norte para informação em 23/6/75 e esta respondeu em 27/8/75: «*propondo à aprovação superior do Anteprojecto da via de ligação entre Granja e Espinho.*»

Em 8/9/75 oficiamos novamente à Direcção de Urbanização pedindo informações sobre o andamento do processo e foi-nos dito que: «*o processo vai ser submetido a despacho ministerial, esperando-se que em breve prazo se possa transmitir a essa Exma. Câmara a decisão que for proferida com vista ao esquema rodoviário em causa.*»

Realmente em 21/11/75, recebemos o ofício n.º 2109 que acompanhava o despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado de Habitação e Urbanismo dizendo:

Aprovo a solução proposta

Lx. 8/XI/75

a) Eduardo Ribeiro Pereira

Lamentavelmente, ainda não era desta vez que o problema encontrava solução definitiva visto que «a solução pro-

posta» não era a aprovação do anteprojecto mas sim a aprovação do «zonamento que constitui uma alteração (ajustamento) ao Plano Geral de Espinho».

Logo demos conta da nossa mágoa por este contratempo e informamos: «*dentro em pouco será praticamente impossível realizar a obra projectada, dado que a carência habitacional, na área, tem encorajado a construção clandestina e chegará o momento em que o projecto estará impecavelmente revisto e acabado, mas sem qualquer interesse prático, uma vez que os dados do problema terão sido profundamente alterados.*»

Prontamente se deslocou a Espinho o Exmo. Senhor Eng. José Gomes de Almeida Director dos Serviços de Planeamento que, localmente, se inteirou do problema e prometeu uma solução rápida para o caso. Efectivamente em 22/1/76 recebemos o ofício n.º 135 da D.G.S.U. informando:

«*Levo ao conhecimento de V. Exa. para os devidos efeitos que Sua Excelência o Secretário de Estado de Habitação e Urbanismo, por seu despacho de 13 do corrente, sob proposta desta Direcção Geral, dignou-se aprovar:*»

— O projecto (versão rectificada) do viaduto acima referido e seus acessos, que interessa a essa Câmara Municipal;

— O anteprojecto da via de ligação entre Granja e Espinho que interessa a essa Câmara e à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.»

Se o desempenho, correcto, da função pública não é motivo para agradecimentos, achamo-nos, todavia, na obrigação de deixar testemunho da competência revelada ao longo do processo pelo Arqto. Marques de Aguiar, Urbanista da Câmara, da larga compreensão do Sub-Director Geral dos Serviços de Urbanização, Arqto. Vasco Lobo da eficiência do Eng.º Gomes de Almeida, Director dos Serviços de Planeamento e por último do espírito amplo e generosamente democrático do Secretário de Habitação e Urbanismo, Eng. Eduardo Ribeiro Pereira.

Com vista à dinamização do processo foi já comunicado o teor do despacho à ORGEL, Empresa autora do projecto do Viaduto e ao Senhor Engenheiro Alfredo Borges de Aguiar autor do anteprojecto da via de ligação rodoviária Espinho—Granja. Por outro lado foram estabelecidos contactos com a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

6.º — HABITAÇÃO

Sendo o problema habitacional um dos mais complexos da actualidade nacional vamos tentar explicar o que nos foi possível fazer na esfera da nossa competência. Por questões de método arrumaremos por alíneas os casos em que a nossa intervenção possa ter algum significado, assim:

A) — Bairro dos Pescadores de Espinho

Em reunião da Câmara de 12/3/74, foi deliberado solicitar os bons ofícios da Junta Central das Casas dos Pescadores para a reparação do Bairro Piscatório e «*lembrar que as promessas desse arranjo foram feitas em 1969 pelo Exmo. Presidente dessa Junta ao Exmo. Vice Presidente deste Corpo Administrativo, e em 1973 pelo então Ministro das Corporações, Doutor Rebelo de Sousa, actual Ministro do Ultramar, na sua passagem por Espinho, acompanhado do Senhor Governador Civil, ao Presidente desta Câmara, promessas essas que foram tornadas públicas o que torna mais delicada a situação.*» Não foi possível encontrar resposta a esta diligência, presumindo-se que a Junta não tenha respondido.

Em 10/8/74, a actual Comissão Administrativa da Câmara enviou à Junta um ofício expondo: «*Na perspectiva da criação de uma situação que torne irrecuperável aquele Bairro, numa altura em que se procura preservar e incrementar a resolução do problema habitacional, não faz sentido que não se adoptem as medidas indispensáveis para melhorar a existente.*»

Assim, espera a Comissão Administrativa desta Câmara Municipal que essa Junta Central no mais curto prazo promova a solução de tão agudo problema, na certeza que assim contribui para resolver uma situação aflitiva e que contende até com a saúde pública». A Junta respondeu em 22/8/74 informando:

(Conclui no próximo número)

«ESPINHO ANTIGO»

Notícias da pesca

Deram começo aos trabalhos de mar, no dia 4 do corrente mês, as cinco «companhas» de pesca, com prenúncio de animadora safra.

O preço da sardinha regulou por 1\$00 réis cada milheiro.

Ano de venturas aos laboriosos pescadores! Não foi dos mais felizes o ano que findou para a classe piscatória. Relativamente à abundância do ano de 1889, o ano de 1900 ficou no número dos que mais escassos tem sido para a laboriosa gente do mar. Oxalá que o ano que entra, venha encobrir a penúria do seu antecessor.

Pelos números que abaixo trans-

crevemos, vê-se qual foi o movimento do pescado, em Espinho, nestes dois últimos anos:

Rendimento total em 1889 — Réis: 81.707\$700;

Receita para o Estado em 1889 — Réis — 4.197\$995;

Rendimento total em 1900 — Réis — 47.146\$280;

Receita para o Estado em 1900 — Réis — 2.421\$261.

Da Gazeta de Espinho N.º 1 de 6 de Janeiro de 1901.

Apontamentos do

ALFARRABISTA VAREIRO



O lixo é um grande bico-de-obra! De acordo. Mas, o cerne do problema, está, sem dúvida, no civismo dos cidadãos. No respeito que devem (e não têm) aos outros e a si mesmo. Numa esquina espinhense (ruas 3 e 22), onde se fazem lixeiras, um cidadão (consciente) deixou um (oportuno) aviso pendurado. Quantos seriam precisos (e merecidos) nesta cidade?

Pinto de Matos

Médico Especialista ex-Assistente dos Serviços de Ortopedia das Universidades de Lausane e Edimburgo

Fracturas e Doenças dos ossos e Articulações.

Rua 19, N.º 364-1.º - Telef. 921218
ESPINHO

J. Pinto Valente

MÉDICO

Com prática dos Hospitais de Paris, doenças das senhoras, clínica geral
Avenida 8 n.º 238 — ESPINHO

Consultas a partir das 15 horas
Marcações pelo telefone, 920183.

Ferreira de Campos Dulce de Oliveira Campos

Advogados

Rua 11 n.º 877 — Telef., 922210
ESPINHO

Agradecimento

A Família de ISAUARA CAETANA DA SILVA E DE MARIA CAETANA DA SILVA, falecidas no lugar da Idanha-Anta, respectivamente nos dias 11 e 17 do corrente, agradecem reconhecida todas as provas de amizade que lhe testemunharam.
Idanha-Anta, 26 de Janeiro de 1976.

DR.ª EMILIA PEDROSA SANTIAGO

Doenças de Senhoras

Largo da Graciosa, 41-1.º

Telef. 921891

ESPINHO

Consultas — Dias úteis das 16 às 19 horas

Dr. Rogério Ribeiro

Médico Especialista de Medicina

Física e Reabilitação

Consultórios: Rua 20 N.º 500-1.º

Telefone 921014 — ESPINHO

Rua de Santa Catarina, N.º 778-1.º

Telefone 33868 — PORTO

Dr. Aucíndio Valente

MÉDICO ESPECIALISTA

Doenças Nervosas e Mentais

RUA 20 N.º 500-1.º-TEL. 921014

Dias: 3.as e 6.as-feiras c/ h. marcada

«DE» ENTREVISTA...

(Conclusão da pág. 1)

foram clarificadas as fórmulas para a concretização das Comissões de Gestão — Comissões Instaladoras, como são propriamente denominadas — e que são promovidas do seguinte modo:

— As Comissões Instaladoras serão incumbidas da gerência do Hospital concelhio, do Centro de Saúde e Dispensário do SLAT, sendo constituídas por:

1 — O Director do Centro de Saúde, que presidirá;

2 — Um representante eleito do pessoal técnico, que abrange pessoal médico, de enfermagem, de laboratório, de radiologia, etc., das três entidades;

3 — Um representante eleito do pessoal administrativo, das três entidades;

4 — Um representante eleito do pessoal auxiliar, das três entidades;

5 — Um indivíduo, estranho aos Serviços, de reconhecida dedicação aos interesses do concelho e, em especial, ao Hospital, a eleger, em conjunto, por todos os trabalhadores das três entidades referidas.

Esta Comissão Instaladora entrará, imediatamente, em funções logo que sancionada superiormente, deixando a actual Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de ter qualquer

responsabilidade na gestão hospitalar.

Até se verificar essa concretização, a actual Mesa Administrativa continua no exercício das suas funções, não deixando, entretanto, de se verificar dificuldades naturais que sempre provocam as situações de impasse ou de transformação.

Em suma, significam estas modificações a efectivação da oficialização dos hospitais concelhios, deixando de ser entidades privadas e passando para a égide do Estado, mais propriamente, da Direcção Geral de Saúde.

Quanto à reclassificação, em que termos podemos inserir o Hospital?

— Este é um problema premente com que se debate o Hospital.

Os hospitais concelhios estão sob a égide da Direcção Geral de Saúde e quando são reclassificados, e passam à categoria de Distritais, ficam sob a égide da Direcção Geral dos Hospitais.

Sabemos que, anteriormente, foram promovidas reclassificações de unidades hospitalares, não tendo o Hospital de Espinho obtido essa promoção, até agora, embora se tivessem efectuado os passos necessários para o efeito.

É indubitável que o Hospital de Espinho já não tem capacidade de instalações para corresponder às necessidades da área populacional da qual faz

cobertura, necessitando de uma ampliação, a nível de todos os seus serviços, e consequente reclassificação como Distrital, para ser dotado de meios técnicos e possibilidades de corresponder às evidentes necessidades da população que serve.

Essa reclassificação dependerá, porém, da existência da futura Administração Distrital de Saúde, órgão que, embora delineado, ainda não existe e, portanto, toda esta problemática dependerá, como é fundamental, da coordenação duma Política Geral de Saúde, havendo neste momento muitas dificuldades em saber qual a sua definição, tantas as difíceis incidências directas e indirectas a ela ligadas. Por outro lado, o largo período da inexistência dum Secretário Geral da Saúde, que só há dias tomou posse do respectivo cargo, e a futura Divisão Provincial do País, em que o concelho de Espinho será absorvido pela Área Metropolitana do Porto, são óbices para se julgar agora qual a futura situação do nosso Hospital.

Uma coisa, porém, é certa: se o Hospital de Espinho continuar como concelhio, não passará duma pequena unidade hospitalar de apoio; se for reclassificado como Distrital, são-lhe dados meios materiais e técnicos para exercer uma muito maior acção. É evidente que a realidade de Espinho, como cidade, como concelho, como zona de turismo e pela densidade populacional, não só do seu concelho, mas das largas zonas populacionais limítrofes que a

zónas recorrem, só pode prever a reali-

Um dos serviços hospitalares de mais contacto com os cidadãos é o Serviço de Urgência, como se processa, neste momento, tal serviço?

— O Serviço de Urgência do Hospital de Espinho, é uma realidade concreta e insofismável e, de tal sorte que, no ano findo, foram atendidos mais de vinte mil pessoas neste Serviço, o que faz antever a sua validade e as consequentes dificuldades que poderão existir visto que, como é reconhecido à escala nacional, os sectores dos serviços de urgência debatem-se com carências e complexos problemas de ordem geral.

Como apontamento, poderemos dizer que a sua complexidade é de tal ordem, que a maior parte dos Hospitais, mais ou menos da nossa dimensão, não têm em funcionamento serviço de urgência, como sejam os casos concretos dos Hospitais de Oleiros e de Gaia, o que mais nos afecta pela origem que dá às suas populações de terem de recorrer, por proximidade, ao Hospital de Espinho.

A manutenção, por meios humanos, do nosso Serviço de Urgência está perfeitamente assegurada por pessoal de enfermagem e pessoal médico privativo, durante as vinte e quatro horas. O encargo financeiro resultante, só com pessoal médico, cifra-se neste momento em mais de mil contos anuais, não tendo havido qualquer comparticipação, ou subsídio, para o efeito.

Devo dizer, ainda, que o esquema de pessoal médico necessário e, nos condicionalismos de recrutamento, atinge o número de 20 médicos.

A extensão aos beneficiários da Previdência da faculdade de recorrerem ao Serviço de Urgência do Hospital, sufocou este Serviço tornando-o um tanto consultório de rotina dos Serviços da Previdência, o que, evidentemente, vai sobrepor-se ao fim específico para o qual existe.

Dias há em que os médicos fazem sessenta consultas e mais, de doentes da Previdência, desafogando é certo o Posto Médico daquela, mas não sendo dado ao hospital, nem comparticipação financeira compatível, nem meios de apoio necessários.

A coordenação entre Caixas de Previdência e Hospitais continua em fase primária e não é consequente com as realidades e necessidades actuais.

NOVAS TAXAS DE JURO!

(DE ACORDO COM AS RECENTES DISPOSIÇÕES LEGAIS)

DEPÓSITOS À ORDEM

MANTÊM-SE AS TAXAS ACTUAIS:

Até 70 contos 4 %

No excedente a 70 contos 2 %

DEPÓSITOS A PRAZO

NOVAS TAXAS, PARA DEPÓSITOS NOVOS E RENOVAÇÕES

6 meses, renovável 9,5 % *

Superior a 1 ano, renovável 10,5 % *

* IMPOSTO A CARGO DO DEPOSITANTE

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



Empregado de Balcão

Oferece-se com prática de malhas,
— lanifícios e confecções —
Resposta a este jornal ao n.º 95

Precisa-se

Se tem uma máquina de costura e tempos livres, procure, junto do Serviço de Pessoal da CETAP, informar-se sobre o trabalho que poderá executar com ela.
Não demore, se vê interesse neste convite.

CETAP
ANTA — ESPINHO
TELEF. 921226/7/8.

CALISTA

Consultas em Espinho

9 às 13 horas — 14.30 às 19 horas

Telefone, 923178

Rua 25 n.º 48 — Todos os dias

MOSAICO

(Conclusão da página 7)

Um clube cultural-desportivo é um clube cultural-desportivo, com papel definido, com uma massa associativa heterogénea, onde se abrigam pessoas de todas as cores, todos os credos e de todas as ideologias, e que, no caso vertente, só poderão ter uma cor, um credo e uma ideologia: Associação Académica de Espinho.

Mas, infelizmente, muitas vezes altos interesses que nada têm a ver com desporto ou cultura, corrompem até os mais puros!

CONSEQUÊNCIAS DO JOGO DE CHAVES

Os dirigentes espinhenses consideram o árbitro portuense, Jaime Loureiro, como com grande quota-parte do inêxito dos «tigres» em Chaves, onde, segundo a opinião dos mesmos dirigentes, a equipa fez uma das melhores exposições da época.

O Sporting de Espinho contesta Jaime Loureiro, em exposição às entidades competentes, chegando ao ponto de referir que houve até intimação aos jogadores.

Para já, consequências directas do jogo: Joaquim Amorim, 3 meses de suspensão e Manuel Alves Pereira, 2 meses, ambos dirigentes; Gonçalves, advertência, Raul e Maganinho, repreensão por escrito.

Depois de Armando Parati, a Manuel Veiga, agora Jaime Loureiro! «Perseguição» dos árbitros à equipa ou a psicose dos inêxitos?

De qualquer forma um problema melindroso, sobretudo pelas reacções imprevisíveis que pode provocar no público que vai à bola.

VOLEIBOL COM OS CHECOS NO DIA 7/2/1976

Vêm aí os checos do Estrela Vermelha de Bratislava. É para a Taça dos Vencedores das Taças e o encontro da primeira mão joga-se, no dia 7 de Fevereiro, sábado, de tarde, no Pavilhão «Joaquim Moreira da Costa Júnior». Os apaixonados do voleibol já andam satisfeitos da vida, porquanto vislumbra-se a categoria dos checos e, portanto, espera-se ver voleibol de primeira, com a rapaziada espinhense a dar a melhor réplica possível.

Uma notícia: a televisão vai dar «em directo» durante uma hora e meia, aproximadamente, o encontro, o que constitui, de facto, uma excelente propaganda para Espinho e, também, para a modalidade.

GALARDÃO PARA JERÓNIMO REIS

A Associação de Hóquei em Campo do Porto aprovou, na sua última reunião, a nomeação do Arq.º Jerónimo Reis para presidente honorário daquela entidade, enquanto a Federação pretende outorgar-lhe, tuturamente, o título de presidente vitalício, considerando-se, tanto num como noutro caso, o grande contributo que o nosso ilustre desportista deu à sua querida modalidade.

DYANE

Super. Vende-se com dois anos. Bom estado.

Ver na Rua 16 n.º 320
Telef., 922527 — ESPINHO

CASA LUCIANA Boutique

Rua 19 n.º 318 — ESPINHO

Representante em ESPINHO dos Brinquedos «SÓBRINCA» e dos artigos de viagem «TAURO»

Carteiras de Senhora, Sacos de Praia e Viagem, Calçado, Artigos de Fantasia — NOVIDADES!

TELE-ROCHA

Rua 31 n.º 469
Telef. 920325-977

Importador Electrodomésticos EDESA

BOSCH — KREFFT — ARISTON

RÁDIO E T.V.: BLAUPUNKT — LOEWE-OPTA

INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS

CANALIZAÇÕES

CARTUCHOS COM MÚSICA 80\$00

CASSETES COM MÚSICA 60\$00

TÉCNICOS ELECTRONICA E ELECTRODOMÉSTICOS

MÓVEIS ● ALCATIFAS

PESSOAL PERMANENTE PARA ASSISTÊNCIA

MARMORES E GRANITOS

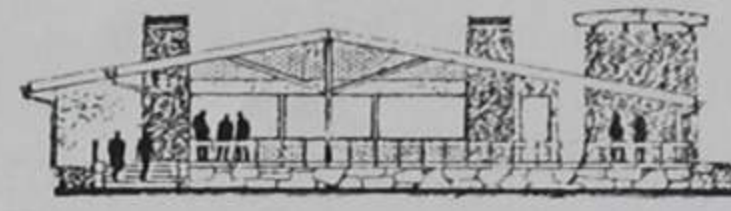
MÁRMORES PARA TODAS AS APLICAÇÕES

de

VITORINO LOPES DA CRUZ

TELEF. 920565 — M.te Lírio — ESPINHO

Novas Instalações da Oficina de Mármore — Rua 7 N.º 561



Restaurante

Snack — Discoteca

CABANA

TELEFONES

9 9

2 2

1 1

3 9

2 6

2 6

CABANA — Sugere aos seus estimados clientes SNACK-BAR — Pratos do dia economicos

2.ª Feira — Bacalhau à CABANA
4.ª Feira — Chisalhada c/ Feijão Vermelho à Transmontana
5.ª Feira — Frango de Caril à CABANA
6.ª Feira — Peixe à Portuguesa
SABADO — Papas de Sarrabulho com Rojões
DOMINGO — Pratos Especiais

TERÇA-FEIRA — DESCANSO DO PESSOAL
Preços especiais de OUTUBRO a MAIO
Aos Domingos — Matinés Dançantes

Vendem-se andares para habitação

RUA 31, N.º 192

c/ 3 quartos, sala comum, 2 banhos, cozinha, arrumos e garagem

Informa: SOCIEDADE CONSTRUTORA IDEAL DE ESPINHO, LDA.
Ângulo das Ruas 18 e 21 — Telefone 920642

EUROSPUMA

Sociedade Industrial de Espumas Sintéticas, Limitada

ESPUMAS DE POLIURETANO PARA TODAS AS APLICAÇÕES

COLCHÕES — ALMOFADAS

ESPUMAS PARA ESTOFOS — ESPONJAS

DELEGAÇÃO EM LISBOA

Avenida Estado da Índia, 4-1.º Piso

SACAVÉM

Telefs.: 2511272 e 2511413

SEDE EM ESPINHO

Telefones PPC 921839 (8 linhas)

Telegrs.: EUROSPUMA

Telex. 2257 FOAM — P.

Apartado 95

REPORTAGEM

A «APELE» - Associação de Pais ou Encarregados de Educação do nosso Liceu já tem Estatutos aprovados

Proseguiu, no sábado passado, portanto fora da possibilidade de noticiarmos o acto, no último número, a assembleia da «APELE» — Associação de Pais ou Encarregados de Educação do Liceu Nacional de Espinho, no intuito de se continuar com a discussão e aprovação dos estatutos, sem o que, a útil e pertinente organização, não teria forma.

Antes de se entrar no cumprimento da «Ordem dos Trabalhos», o porta-voz da Comissão Organizadora, *Engenheiro Técnico António Ruano*, com o fito de esclarecer, mais profundamente, das vantagens duma associação daquela índole, afirmaria que, para lá de quanto determinam os estatutos a aprovar, se pensava na possibilidade de fornecer lanches a alunos com deficientes possibilidades financeiras; se tencionava cooperar activamente na dinamização da biblioteca; na criação de exames médicos sumários aos alunos e testes psicotécnicos; no envio rápido das faltas, notas, aproveitamentos, comunicação de horários e inícios de aulas; organização de conferências e exibição de filmes; criação de grupos teatrais e dinamização da prática desportiva; também de formas de aproveitamento de campos de férias e campismo, promoção de saraus de ginástica e culturais, formação de grupos de socorristas e dadores de sangue; atribuição de prémios para os alunos de maior evidência nos estudos; organização de cursos de aeromodelismo, filatelia, numismática, fotografia, cinema, teatro, decoração, trabalhos manuais e domésticos; visitas guiadas a museus e monumentos, como o estudo e apoio de uma rede de transportes que sirva o nosso Liceu.

Tudo isso, segundo aquele membro da organização, será perfeitamente viável quando estiver criado um clima de entendimento perfeito entre os grupos representativos dos professores, alunos e dos pais, já que os interesses são comuns.

Em seguida, destacou a prestimosa colaboração recebida da parte da *Dra. Maria de Lourdes Pinto Correia* e do *Dr. Ezequiel Jorge*, professores do liceu que, na sua qualidade de pais de alunos, deram o melhor apoio à Comissão Organizadora, sendo de grande dedicação, entusiasmo, labor, na fase primária da criação da «APELE».

Entretanto, apareceu na mesa que iria dirigir os trabalhos uma moção, no sentido de ser enviado ao MEIC, por telegrama, a exigência da rápida indicação dos professores em falta, no Liceu, bem como focando a necessidade de serem nomeados docentes com habilitações próprias. Após a devida discussão e aprovação, resolveu-se, de facto, enviar o telegrama ao MEIC, embora com ligeiras alterações no teor, sugeridas após intervenções havidas.

Entrou-se, então, no cumprimento da «Ordem dos Trabalhos», dirigi-

dos por *António Alberto Alves*, e, durante quase três horas, discutiu-se e aprovou-se artigo por artigo, com a introdução de ligeiras alterações em alguns deles, através da intervenção dos presentes, embora desta feita tivessem comparecido apenas metade dos da semana transacta. Esta diminuição de interesse que, efectivamente, se verificou, talvez seja o resultado do desconhecimento dos pais ou dos encarregados de educação sobre as finalidades da «APELE», denotando, também, um desinteresse pelo associativismo, mal comum ainda ao povo português.

Aprovados os estatutos, foram explicadas à assembleia as fases que se seguirão, para que a «APELE» venha a ter personalidade jurídica, trabalho do qual se encarregará a Comissão Organizadora que, até às próximas eleições, acumulará todas as funções inerentes aos órgãos de gestão da Associação, em conformidade com o determinado pelo estatuto. Quanto ao acto eleitoral, a data ficará para marcar posteriormente, pois, para já, decidiu-se estabelecer que, até 7 de Fevereiro, seja considerado período para inscrição de associados na «APELE», pelo que os pais ou encarregados de educação devem, desde já, inscrever-se, a fim de poderem participar na eleição dos corpos gerentes da Associação.

A Comissão Organizadora referiu que, todas as quartas-feiras, estará presente nas instalações do Liceu, a partir das 21,30 horas, de forma a possibilitar esclarecimentos aos pais ou encarregados de educação, escutá-los sobre os problemas que tiverem a apresentar e, naturalmente, registando as suas inscrições como associados. Por sugestão do presidente da mesa e com o aval da assembleia, a aludida Comissão ficou incumbida de apresentar uma lista para os futuros órgãos de gestão, embora sem que isto tire aos associados a possibilidade de apresentarem a sufrágio tantas quantas assim o entenderem, logicamente compostas por elementos sócios da «APELE».

No fim dos trabalhos e em jeito de mesa-redonda, abordaram-se vários problemas de interesse, como seja a falta de professores, a momentosa e preocupante questão da «droga», considerando a propagação de alarmantes boatos ocorridos ultimamente em relação ao meio liceal espinhense, mas que, felizmente, se apurou não terem a dimensão noticiada, embora o problema mereça particularíssima atenção.

Para finalizar, e como indicativo de que a «APELE» parece ter já a compreensão de pais ou encarregados de educação, registou-se a inscrição de quase todos os presentes na assembleia como associados.

«D.E.» faz votos para que a *no-vel associação arranque em boa hora e dê cumprimento efectivo às múltiplas, úteis e pertinentes, tarefas que lhe estão cometidas.*

EDITORIAL

Retornados e Refugiados

(Conclusão da 1.ª página)

Os outros, alguns instalados em bons hotéis, sentem-se presos do seu destino, qual pássaro metido em gaiola de ouro, vivendo a inutilidade de uma existência que os amargura e apavora.

Todos ou quase todos se sentem estranhos no seu País ou em País da mesma língua.

Todos ou quase todos sentem a indiferença dos residentes quanto ao seu drama e muitos julgam notar, com razão ou sem ela, a hostilidade dos que cá estavam e vêm neles autênticos marcianos, dispostos a disputar-lhes, na concorrência, as situações que buscam e a que se julgam com direito.

Não tenho a pretensão de tentar emocionar quem me leia. Pelo contrário, certo de que para isso bastaria a descrição simples do Calvário que cada um suportou, falo de retornados e refugiados esforçando-me para ser objectivo. Mas, a verdade, é que se não pode deixar de ser realista, porque o momento que todos vivemos nos obriga a encarar as realidades e a procurar resolvê-las, sem fugir delas.

Que fazer, então?

Em primeiro lugar, há que abrir as portas e os braços às pessoas nessas condições, conviver com elas, ouvi-las, compreendê-las e dar-lhes o conforto moral que lhes falta.

Compreendo o que representa o isolamento do resto da família, o desconhecimento do destino de pais, irmãos e filhos, a insegurança do dia a dia e as necessidades de cada momento, maior receptividade haverá para apreender a afirmação de que tais pessoas não vivem, limitando-se neste momento, a procurar sobreviver.

Grandes Plenários conjuntos de retornados, refugiados e residentes em Espinho, permitirá a abertura ao apoio moral que referi.

E só isso?

Evidentemente que não.

Estamos todos no mesmo barco e em circunstâncias que impõem a consciencialização de que não basta falar em progressismo e socialismo e que o essencial, o decisivo, o indispensável, é proceder mostrando que ajustamos ou, pelo menos, procuramos por todos os meios ajustar os actos às palavras.

A gente de que venho falando não quer esmolas, nem a esmola é solução que resolve dignamente qualquer situação. Quer trabalho, quer amparo às suas iniciativas, quer o direito à solidariedade das pessoas em cuja terra vive.

Se as nossas Empresas Comerciais e Industriais quizerem, o mal repartido pelas aldeias nada custa, apesar de todas as dificuldades que atravessam.

Se a Câmara quiser, até na feira semanal é possível estabelecer recintos onde, sem pagamento de taxas, os retornados possam vender artigos confiados à consignação.

Se toda a gente de Espinho se unir, é possível pensar em construir casas, que alberguem decentemente toda a gente — essa e os residentes carecidos de habitação.

Nem tudo o que dissemos é insusceptível de contestação. Mas abra-se um amplo diálogo, faça-se um esforço de entreajuda e teremos ideias, iniciativas e, acima de tudo, realizações.

É criminoso esperar que o Estado paternalmente resolva todas as dificuldades.

«Defesa de Espinho» lança o apelo. E, tomando a iniciativa, põe as suas colunas à disposição dos retornados e refugiados para que possam expôr os seus problemas e, até, socorrer-se gratuitamente da publicidade que elas lhes podem proporcionar, para fazerem chegar aos espinhenses as suas pretensões.

AMADEU MORAIS

Câmara Municipal de Espinho
Rua -19
ESPINHO

SEMANÁRIO
AVENÇADO